

REGISTRO DA REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática

CT 01

COORDENADORES:

Coordenador Privado - Hélio Rodrigues – MONAMPE

Coordenador Público - Henrique Reichert – Ministério da Economia

LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
22/08/2022	9h às 11h	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams e Presencial - Auditório, Ministério da Economia, Bloco "J"

ITEM 1 - ABERTURA

O Coordenador Público Sr. Henrique Reichert deu as boas-vindas a todos os participantes, presencial e online, e afirmou que a modalidade híbrida de reunião será mantida sempre que possível. Sobre a pauta, esclareceu que a política de fomento não pôde ser desenvolvida no âmbito do Comitê, conseqüentemente a temática será tratada por meio do Sistema Nacional de Garantia, que vem sendo trabalhada no CT4. Por outro lado, sugeriu continuar discutindo o PLP 92 e seus próximos passos.

O Coordenador Privado Sr. Hélio Rodrigues também agradeceu a presença de todos. Esclareceu que ultimamente tem focado na apresentação de demandas aos candidatos à presidência, e que apesar de ter recebido a solicitação de discutir essa pauta política no CT1, defende que não cabe. Sugeriu a discussão de temas que já estavam sendo tratados anteriormente como a atualização da Lei 123/2006, CNPJ para o Inova e crédito. Convidou os participantes a se manifestarem.

ITEM 2 – PAUTA

Ação 01

Sr. Sérgio Miletto, da Alampyme, comentou que apesar de as sugestões para os candidatos não serem levadas por meio do Fórum, há pautas de interesse comum com as entidades. Por exemplo, para a instituição que representa, reativar o Ministério da Micro e Pequena Empresa é essencial. Outro assunto é a dívida acumulada do Pronampe, que tem uma taxa muito alta comparada ao Pronaf. A Alampyme defende o perdão da dívida, entende que não foi contratada, mas sim contraída durante a pandemia. Esta mesma posição é a de países como Alemanha, França, Itália, Estados Unidos. Indagou se o tema pode ser tratado no CT1 ou no CT de Financiamento.

Sr. Henrique Reichert esclareceu que, efetivamente, as sugestões não podem ser encaminhadas aos candidatos à presidência via Fórum, porém as entidades têm essa liberdade. Pode, ao invés disso, relacionar as pautas

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

trabalhadas no CT1 e outros Comitês, envia-las às entidades, para que estejam claras as pautas do Fórum, e possam avançar em algumas delas, independentemente do Fórum.

Sobre a dívida do Pronampe, o Sr. Henrique afirmou que o CT4 pode dar um encaminhamento porque tem estatísticas e pode direcionar melhor a demanda.

Ainda sobre o fomento, o coordenador público reforça que o SNG pode trazer melhores resultados para a pauta.

Sr. Antônio Everton, sobre a política de fomento, comunicou que não foi possível avançar pela complexidade e a necessidade de envolver os próprios autores da proposta. Porém, o tema sendo tão abrangente poderia ser trabalhado nos sete Comitês.

Sobre o perdão da dívida do Pronampe, o Sr. Everton questionou a medida devido à delicada situação fiscal do País, apenas países ricos poderiam custear esse tipo de medida, e se existiria alguma alternativa que não fosse perdão, mas alongamento, desconto, ou taxas diferenciadas.

Sr. Wilson, em seu comentário sobre o Pronampe, lembrou que a Caixa Econômica Federal cobra um seguro no empréstimo do Programa, o que não ocorre nos demais bancos. A Fenacon fez alguns cálculos e concluiu que pode chegar até 7% do valor financiado, e que somado à SELIC e outros encargos, fica impraticável e injusto. Indagou se esta situação que ocorre desde 2020 é tema de outro Comitê.

A Sra. Ariene destacou que a CNI tem uma posição já estabelecida no que se refere a renegociação de dívidas, tanto para dívida civil quanto tributária. Na avaliação desta instituição, a renegociação, o alargamento, perdão de dívida deve ser personalizada, só para aquele que realmente não pode pagar por alguma adversidade. A concessão de descontos lineares como é o modelo de REFIS, a CNI não é favorável, entende que a situação personalizada, particular do empresário ou empresa deve ser considerada sob pena de beneficiar quem não precisa, o que gera distorção no sistema e aumenta a renúncia, como defendeu o Sr. Everton. É importante dimensionar o tamanho e importância da inadimplência para que a CNI possa apoiar alguma iniciativa nesse sentido.

Sr. Sérgio Miletto comentou que é importante debater como deve ser realizado o perdão, mas reiterou que não foram todos beneficiados, principalmente no caso da Caixa Econômica Federal, que inclusive propuseram uma CPI da Caixa, pela dificuldade de acesso ao crédito, principalmente por micro e pequenos empresários de SP. Acredita que no caso de as empresas falirem, a consequência econômica será pior. Defende que se deve ouvir os economistas do governo e aqueles que não estão no governo. Lembrou que outros países assumiram os custos fixos das empresas para não gerar desemprego, ao contrário do Brasil, onde as empresas contraíram dívida com altas taxas. Sugeriu a realização de um seminário para avaliar as consequências na economia.

O coordenador privado apoiou a posição do Sr. Sergio Miletto quanto às dificuldades de pagamento das MPEs, e a necessidade de renegociação.

Sr. Henrique Reichert afirmou que o Sr. Marco Aurélio apresentaria os dados sobre o cenário da inadimplência etc. e a pauta seria retomada no Comitê Temático Nº 4. Ainda, prometeu verificar os relatos sobre a Caixa com o Sr. Mario.

Ação 02

O segundo tema da pauta - o Inova simples - foi apresentado pelo Sr. Murilo Chaiben, representante da SEMPE no CGSN- Comitê Gestor do Simples Nacional e no CGSIM. O Sr. Henrique solicitou que relatasse o calendário do Inova simples dentro do CGSN e o que está sendo trabalhado nesses dois comitês gestores, para que o Comitê 01 possa ajudar ou fortalecer as pautas.

Segundo o Sr. Chaiben, no âmbito do CGSN, sobre o Inova simples, a minuta da Portaria já foi enviada para aprovação dos Conselheiros do CGSN depois de ser aprovado pelo grupo técnico. A reunião que estava pautada para agosto foi adiada por causa da entrada da SEMPE, SEBRAE, CONAMPE e COMICRO. O comitê teve que priorizar a mudança do regimento interno. A próxima reunião, para aprovação tanto do Regimento Interno como a resolução do CGSN que permite o Inova simples aderir ao simples Nacional está prevista para outubro.

Também esclareceu que a pauta do CGSN ficou prejudicado pelo MEI Caminhoneiro e outras mudanças legislativas que eram urgentes.

Recentemente, foi apresentada a Nota Fiscal de Serviços eletrônica nacional- NFS-e, muito bem recebido por quase todos que trabalham com isso: contadores, associações, que comentam que um dos problemas são as obrigações acessórias e falta de padronização em alguns documentos. Os municípios não são obrigados a aderir, começa primeiro para MEI e posteriormente, as empresas de outros portes. Também existe a intenção da Nota fiscal eletrônica para produtos.

Em relação ao CGSIM, são várias fases do projeto **Balcão Único de entrada**. A primeira é unificar e parametrizar as informações e o sistema em uma única entrada das informações cadastrais para as pessoas fazerem abertura, alteração ou baixa de empresas, no lugar de ter sete ou oito sistemas integradores no REDESIM. No futuro a ideia é também servir como uma área logada do empreendedor e facilitar a sua comunicação com o Estado.

Outro tema trabalhado é o Orienta, que será conectado futuramente ao Balcão Único, para que o empreendedor tenha informações sobre obrigações não apenas fiscais, mas também licenças e orientações. Este mapeamento pode permitir ao poder público verificar se as demandas, exigências, ou prazos são excessivos e servir de base para melhorar a legislação.

Sr. Henrique comunicou que o Orienta MEI foi apresentado no CT05, e há a possibilidade de fazê-lo novamente neste Comitê se considerarem pertinente.

Sr. Hélio mencionou que uma das queixas mais comuns é a quantidade de horas que os empresários gastam em pagar os impostos e com esses projetos já há um avanço.

Sr. Sérgio Mileto lembrou do Centro de Respostas Técnicas, da UnB, e indagou se há uma parceria com eles no trabalho que está sendo desenvolvido no CGSIM, assim como com a ABNT. No chat enviou o seguinte texto com o contato: "Professora Ednalva Fernandes Costa de Moraes. Na época era a Vice-Diretora do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da UNB. Não sei se era um programa e se continua, mas era uma atividade que se não estou enganado chamava Centro Brasileiro de Respostas Técnicas".

O representante do SEBRAE Nacional, Sr. Edgar, sobre as obrigações acessórias, pontuou que há dois projetos de lei: PLP 145/21 que institui o sistema eletrônico de apuração fiscal, de Marcelo Ramos e o PLP 178/ 2021 que também tem o apoio do SEBRAE, não tão ousado como o primeiro, mas cria comitê e institui o sistema fiscal único. Acredita que essas medidas são importantes para diminuir as obrigações acessórias.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Sr. Henrique Reichert solicitou uma lista dos projetos de lei prioritários para o SEBRAE que estão em tramitação no Congresso Nacional para juntar com a lista dos itens trabalhados pelos Comitês, repassar para as entidades e reforçar aqueles pontos que entenderem que faz sentido.

Ação 03

O último item se refere à proposta de atualização da Lei 123/2006, PLP 92/2022, que com o trabalho do Sr. Ercílio, foi enviado ao Senador Jorginho Mello. Não há informação atualizada.

Por outro lado, existe uma atualização sobre a Política Nacional de Micro e Pequenas Empresas, com parecer favorável da PGFN, e reforçado por outras áreas: da RFB, Secretaria Executiva, para que seja agilizado.

Sr. Fabio Silva afirmou, sobre um local único, que no caso dos MEIs, o portal do empreendedor já fornece todas as orientações, esclarecimentos desde o momento da abertura até o pagamento das obrigações. Que vai ser lançado o APP MEI, que possibilitará um emissor único de Nota Fiscal eletrônica de serviços para o MEI. Isto possibilitará cruzar informações de faturamento e redução de fraudes. Esclareceu que este trabalho não guarda relação com o Orienta MEI, que tem o propósito de orientar sobre vigilância sanitária, meio ambiente, licença de bombeiros etc.

Ainda, lembrou que o propósito da SBRT é diferente do Orienta MEI, é um conjunto de informações técnicas para a melhoria de produtos, serviços ou processos, por meio de um banco de soluções de *cases* de sucesso, sem necessidade de contratar consultoria. Por isso, poderia ser objeto de nova parceria.

Sr. Sérgio Miletto destacou a importância desse instituto uma vez que, em caso de não haver respostas, passa a ser objeto de estudo da universidade.

ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS

1. Relacionar as pautas trabalhadas no FPMPE, e endereçá-las às entidades para suas respectivas demandas aos candidatos à PR.
2. Solicitar ao SEBRAE a lista de projetos de lei prioritários e distribuir entre os diversos Comitês.
3. Endereçar a pauta do perdão da dívida do Pronampe, os relatos de cobrança de seguro da CEF e o tema do fomento ao CT4.
4. Resgatar trabalho de Respostas Técnicas, realizado na UnB.
5. Monitorar o andamento dos PLP 33, PLP 92, do reempreendedorismo, e atualização da LC123/2006.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

LISTA DE PRESENÇA - VIRTUAL

Resumo da Reunião	
Título da Reunião	CT1 - Racionalização Legal e Burocrática
Hora de início da reunião	22/08/2022 09:00
Hora de Término da Reunião	22/08/2022 11:00
Nome Completo	
Alexandre - CECIEX	
Andréa Ribeiro - SEDEME	
Anne – Amicro Macapa	
Antônio Everton - CONAMPE	
Ariene D’Arc Diniz	
Arnaldo Correia da Silva Filho - SEDE	
Creulúcia Alves da Silva	
Danilo Marques	
Eduardo Vieira	
Eneila Loiola	
Fernanda – Pró MEI Brasil	
Flávia Forte - CACB	
Gilson Santos	
Giovana Tonello Pedro Lima	
Hélio Rodrigues de Almeida	
Içara Bajadares - CONAJE	
Mariana Ramos Oliveira	
Murilo Machado Chaiben	
Pedro Donato Skraba	
Piter Santana	
Rosalia Raquel Pessoa	
Rose Dedekind - FAMPESC	
Sérgio Miletto	
Silva Junior - SDER	
Sueli Lyra	
Waldirene Chagas	
Wilson - Fenacon	

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

LISTA DE PRESENÇA – PRESENCIAL



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO

REUNIÃO DO COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA - CT 1
DATA: 22/08/2022 - HORÁRIO: 9h - LOCAL: AUDITÓRIO - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, BL "J"

LISTA DE PRESENÇA				
NOME	ENTIDADE/ÓRGÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Adriana Corduro	CONAMPE	41 996558025	adriacorduro@hotmail.com	
Diniz Neto	CONAMPE/MICROEMPE	41 93122 8715	dinizne@gmail.com	
Carlos Magno A. Bittencourt	CONAMPE	41 99125-2002	cmagno252@gmail.com	
Marcelo J. C. Dias	CONAMPE	41 99109 0282	marcelo.dias@idem.vidm.br	
Giovana Tonello Pedro Lima	Sebrae	61 98247-9391	Giovana.Lima@sebrae.com.br	
Edgardo Fernandes	Sebrae	61 3226-7661	edgardo.fernandes@sebrae.com.br	
Milena T. Gil Cera	COB nacional	61 98348-3998	milena.cera@cob.ceapm	
Unício de Sousa	SEMPE	61 992132132	Unicio@economia.gov.br	Unício
Jaqueline R. Ribeiro	SEMPE	(61) 99134-7897	jaqueline.ribeiro@economia.gov.br	JR
Cláudia C. Martins	SEMPE	(61) 98556-9434		clm
Tônia Batista	ME/Sempe	61-221-8100	tonia.p.batista@economia.gov.br	TB
Henrique Reichert	ME/SEMPE	2027-8015	henrique.reichert@economia.gov.br	HR